

# ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS, TURISMO E DO PODER PÚBLICO NA VIGILÂNCIA DOS RECURSOS NATURAIS DO ARQUIPÉLAGO DOS BIJAGÓS

António Imbana Junior<sup>1</sup>

## RESUMO

A região de Bolama Bijagós, foco importante para nosso debate neste artigo que abrande uma área de 1.625 Km<sup>2</sup>, composta por 88 ilhas e ilhéus, das quais 21 são habitadas. (POLET, BARROS & RAMOS, 2011). A investigação analisa o papel das entidades não governamentais na vigilância dos recursos naturais do arquipélago dos Bijagós na Guiné Bissau. Em seguida discute-se o impacto das políticas públicas na preservação e gestão desses recursos, e, por fim, examina o discurso governamental sobre o turismo, destacando as abordagens priorizadas. O objetivo do trabalho compreender as relações entre o Estado, Ong-s e a comunidade na produção de sentido do que é turismo. A metodologia utilizada neste artigo é da natureza qualitativa e bibliográfica, com abordagem histórica e sociológica em livros, dissertações, monografias e artigos científicos e as entrevistas semiestruturadas. Os resultados apontam que a Região possui grande potencial para o ecoturismo, desde que seja explorada de forma sustentável por meio de políticas públicas adequadas e a colaboração eficaz entre ONGs, comunidades locais e Estado.

**Palavra-Chave:** Recursos Naturais, Poder Público, Arquipélago dos Bijagós.

---

<sup>1</sup> Graduando em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), e-mail: [antonioimbanajr92@gmail.com](mailto:antonioimbanajr92@gmail.com)

## **ABSTRACT**

The Bolama Bijagós region, an important focus for our debate in this article, covers an area of 1,625 km<sup>2</sup>, made up of 88 islands and islets, of which 21 are inhabited. (POLET, BARROS & RAMOS, 2011). The investigation analyzes the role of non-governmental entities in monitoring the natural resources of the Bijagós archipelago in Guinea Bissau. Next, the impact of public policies on the preservation and management of these resources is discussed, and, finally, the government discourse on tourism is examined, highlighting the prioritized approaches. The objective of the work is to understand the relationships between the State, NGOs and the community in the production of meaning of what tourism is. The methodology used in this article is qualitative and bibliographic in nature, with a historical and sociological approach in books, dissertations, monographs and scientific articles and semi-structured interviews. The results indicate that the Region has great potential for ecotourism, as long as it is explored sustainably through appropriate public policies and effective collaboration between NGOs, local communities and the State.

**Keywords:** Natural Resources, Public Power, Bijagós Archipelago.

## 1.INTRODUÇÃO

Neste artigo, proponho fazer uma apresentação da contextualização geográfica da Guiné Bissau e dos arquipélagos dos Bijagós e as suas características naturais.

A Guiné-Bissau é um pequeno país constituído por uma parte insular e outra parte continental, caracterizada por solos ricos e um extenso sistema de rios que correm para extensas fronteiras de água salgada e mangais. A sua dimensão territorial é de 36.125 Km<sup>2</sup>. Fica situada na costa ocidental da África, é limitada ao Norte pela República do Senegal, Leste e Sul pela República da Guiné-Conakry, e a Oeste é banhado pelo Oceano Atlântico. Foi uma colônia de Portugal até ano 1973, administrativamente é dividida em oito (8) regiões: Bafatá, Biombo, Bolama/Bijagós, Cacheu, Gabú, Oio, Quinara e Tombali e o setor autónomo de Bissau (N'bunde, 2018).

A Guiné-Bissau é um país multiétnico com mais de vinte (20) grupos étnicos, tais como: Papel, Balanta, Bijagós, Manjaca, Mandinga, Mancanha, Nalus, Fula, Biafada, Felupe, Mansonca, Baiotes, Cassangas, Cobianas, Cocolis, Brames, Banhumes, Padjadincas e demais grupos. É um país que contém diversas línguas étnicas. Para além das línguas étnicas, também existe a língua portuguesa que foi instituída como a língua oficial e a língua guineense (chamada da língua crioula) como a língua mais faladas no país (MONTEIRO, 2011).

A economia guineense é predominantemente pela agrícola, sendo que a castanha o principal produto de exportação do país. No entanto, o país enfrenta grandes desafios estruturais para atender as necessidades básicas. O sector do turismo embora ainda subdesenvolvido é visto como umas áreas de potencial, devido as belezas e paisagens naturais que as ilhas de bijagós têm. Desde a independência, a Guiné enfrenta instabilidade política, com golpes de Estado e desafios de consolidar para a democracia. Apesar disso, a sociedade civil tem desempenhado papeis importante para estabilidade do país (Benzinho, 2015).

Bolama é uma região das ilhas que compõem o Arquipélago dos Bijagós na Guiné-Bissau e cobre uma superfície de 1.625 Km<sup>2</sup>, composto por 88 ilhas e ilhéus, das quais 21 são habitadas. (Polet, Barros & Ramos, 2011). Em termos administrativos, a área de Bolama-Bijagós é fragmentada em quatro setores: Bolama, Bubaque, Caravela e Uno. Cada setor possui um administrador designado, além de um Governador-geral responsável por toda a região, que fica localizado em Bolama.

A Ilha Bolama é uma cidade de nome Bolama que é a capital do setor de Bolama e da Ilha, em que o arquipélago dos Bijagós está localizado no arquipélago. Para CORREIA 2016, o Arquipélago de Bolama Bijagós é constituído por 88 Ilhas e Ilhéus, das quais 21 são habitadas, e outras 20 estão sujeitas a uma ocupação temporária para prática de agricultura tanto para o

autoconsumo e também suas usadas para práticas dos rituais realizados pelos os cidadãos da comunidade.

Esta região caracteriza-se por ter uma profundidade inferior, a existência de bancos de areia e, de canais rasos ou profundos, mangais e de diferentes correntes, jogando um papel significativo no que concerne à riqueza e à diversidade do meio (CORREIA 2016 p. 32) Dentre tanto, o Arquipélago dos Bijagós, dada a sua localização no ponto de confluência das duas principais correntes marinhas costeiras e dos estuários do Rio Grande de Buba, possui uma grande variedade de espécies marinhas e constitui igualmente um local privilegiado de migração para numerosas aves.

Guiné-Bissau possui um clima tropical, neste caso com características marítimas, sendo muito quente e húmido e com duas estações distintas: a estação seca, de novembro a abril, e a estação das chuvas, de maio a outubro. A temperatura média anual no país é de 26,8 graus. Na Guiné-Bissau, os meses mais frescos são os de dezembro e de janeiro e os mais quentes de março a maio. Já os meses mais pluviosos são os de julho e de agosto (Benzinho e Rosa, 2015, p.15).

O presente estudo focaliza a Guiné-Bissau, especificamente na Região de Bijagós que se destaca como um dos principais polos turísticos do país e possui potencial significativo para geração de receita. O presente trabalho tem como objetivo geral compreender as relações entre eles, Estado, Ong's e comunidade na produção de sentido do que é turismo. Logo em seguida discutimos o papel das políticas públicas na preservação e gestão dos recursos naturais, e finalmente, analisamos o discurso governamental sobre o turismo, destacando as abordagens priorizadas. O objetivo específico é promover a capacitação das comunidades locais para práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais, com foco em técnicas de preservação ambiental, desenvolver projetos de recuperação de ecossistemas degradados e estabelecer parcerias com o governo e instituições internacionais para financiar e executar trabalho em conjunto com a comunidade local.

Justifica-se a necessidade da realização de pesquisas sobre pensar o papel das entidades não governamentais na vigilância dos recursos naturais em arquipélagos dos Bijagós como forma a se inteirar das ações concretas e avanços em torno dele. Assim, sendo com o intuito de entender como decorre o papel das entidades não governamentais na vigilância dos recursos naturais nos arquipélagos de Bijagós. Outrossim, ciente das urgências desse assunto no contexto atual, uma vez que o impacto deste trabalho poderá despertar a consciência da população para refletirem acerca do papel das entidades não governamentais na vigilância dos recursos naturais

que decorre nos arquipélagos e também poderá permitir o engajamento da comunidade em tomadas das decisões para o bem estar e social das suas localidades.

De igual modo, a contribuição deste trabalho para o campo da ciência, transversalizar e pensar o papel das entidades não governamentais na vigilância dos recursos naturais e ciências humanas afirmando uma preocupação interdisciplinar capaz de fornecer equipamentos para avaliar os efeitos de ecoturismo nos arquipélagos da Guiné, capaz de despertar a atenção dos futuros pesquisadores de modo a ampliar a discussão deste assunto muito importante, porém pouco pesquisado e inspirar também as pessoas a se desenvolverem trabalhos relacionados aos campos dos papéis das entidades não governamentais na vigilância dos recursos naturais turismo uma vez que pude perceber que existe pouca bibliografia que versa sobre o mesmo na Guiné-Bissau, sobretudo da sua importância para o desenvolvimento do país.

A metodologia utilizada neste artigo é da natureza qualitativa, descritiva e bibliográfica, com abordagem histórica e sociológica em livros, dissertações, monografias e artigos científicos. Para fazer a descrição deste artigo, utilizamos a pesquisa descritiva. A pesquisa descritiva "examina as características de uma população específica ou de um fenômeno particular" (VERGARA, 2000, p. 47). Tal abordagem é utilizada para identificar e demonstrar correlações entre variáveis e para caracterizar a natureza desses vínculos, sem, no entanto, se comprometer com a explicação dos fenômenos descritos.

No primeiro tópico iremos falar sobre o papel das ONGs, tanto locais quanto internacionais, foi fundamental na promoção da gestão sustentável dos recursos naturais e na restauração de ecossistemas degradados. Para garantir que o desenvolvimento turístico no Arquipélago dos Bijagós seja benéfico e sustentável, é imperativo que haja uma integração eficaz entre políticas públicas, iniciativas privadas e o envolvimento ativo das comunidades locais.

## **PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS**

As organizações não governamentais estão empenhadas no desenvolvimento de programas que promovem uma gestão mais sustentável dos recursos e na restauração de ecossistemas degradados.

No Arquipélago dos Bijagós, destacam-se as iniciativas de ONGs<sup>2</sup> locais como Tiniguena, Ação para o Desenvolvimento, Ton'joron, Nantinyan, ADIM, Tankakan, ADEMA, Biligert, Fashpebi, Totokan e Tepenny, bem como de ONGs internacionais como UICN, FIBA,

---

<sup>2</sup> Organização Não Governamental

NOE Conservation, Mava, CBD Habitat, Swissaid e Îles de Paix. Estas organizações, em colaboração com entidades governamentais como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) e o Gabinete de Planificação Costeira, têm se dedicado à implementação de projetos voltados para o desenvolvimento comunitário, com um foco especial na conservação ambiental, pesquisa científica e educação. (Revista Periferia, 2020). De acordo com Revista Periferia (2020), a Tininguena (Esta Terra é Nossa), a UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza) e a FIBA (Fundação Internacional do Banc d'Arguin) desempenham um papel ativo no Arquipélago dos Bijagós, colaborando com as comunidades locais bijagós na recuperação de ecossistemas degradados e na gestão sustentável dos recursos naturais. Esses esforços são fundamentais, visto que a conservação dos recursos naturais é a base para garantir a continuidade do desenvolvimento turístico e a preservação dos modos de vida das comunidades locais.

A interação entre as ONGs e os atores locais tem se mostrado eficiente na promoção de práticas de manejo sustentável, beneficiando tanto o meio ambiente quanto a economia local. As ONGs desempenham um papel crucial neste contexto, fornecendo apoio essencial para a conservação dos ecossistemas e a implementação de práticas sustentáveis para as comunidades locais (Benzinho, 2015).

Este trabalho conjunto demonstra a importância de parcerias eficazes para enfrentar desafios ambientais e promover o desenvolvimento sustentável. Todas essas ONGs acima são administradas por guineenses e por investidores estrangeiros, seja financiamento material ou financeiro. Vale ressaltar que, esses operadores internacionais não fazem investimento por ajuda humanitária e, esse investimento sempre tem uma contrapartida de ganho por parte desses operadores internacionais.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NA GUINÉ BISSAU: ORGANIZAÇÃO DE ATIVIDADES TURÍSTICAS**

Políticas públicas relacionam um conjunto de ações realizadas pelo Estado e que buscam um melhor desenvolvimento de um determinado local, ou até mesmo na distribuição de poder para assim, ministrar estratégias que influenciam de forma positiva tanto nas relações internas como nas externas de uma sociedade. E falar em políticas públicas do turismo é se voltar a ações que possam minimizar impactos negativos do turismo, é buscar meios onde possa se organizar estratégias a fim de promover um desenvolvimento que favoreça tanto a população como o país, tendo em vista, os produtos afins.

Segundo Beni (2001, p. 177) afirma que:

A política de turismo é a espinha dorsal do “elaborar” (planejamento), do “pensar” (plano), do “empreender” (projetos, programas), do “concretizar” (preservação, conservação, utilização e ressignificação dos patrimônios natural e cultural e sua sustentabilidade), do “reorganizar” (estratégia) e do “promover” (investimentos e vendas) o desenvolvimento turístico de um país ou de uma região e seus produtos.

Bolama Bijagós é uma região que carece de políticas públicas de Estado, desde turismo, agricultura e pesca. A falta de investimento público e a pouca produtividade da agricultura e da pesca levam este lugar à extrema pobreza. O povo Bijagó vive em constante instabilidade social pela falta da presença do Estado, recebem muitos apoios das ONGs, organizações não governamentais, além de sua visível precariedade dos serviços sociais que a população tão urgentemente necessita.

A Guiné-Bissau, mesmo com sua constante instabilidade política e social, não deixa de ser um lugar onde a natureza reina de forma global, um lugar onde os governantes deveriam investir principalmente no ramo do turismo, pois suas riquezas naturais vão além da beleza de todo ocidente. Nas pesquisas do IBAP (2015) se confirmam que:

A Guiné-Bissau dispõe de uma natureza e de uma biodiversidade excepcionais e preservadas. Ela abriga a segunda zona de mangues da África Ocidental, bem como a segunda zona mais importante para a preservação de pássaros. Ela é rica em paisagens florestais e de savanas e de fortes identidades étnicas e culturais onde habitam 13% (26% a termo) do seu território são (serão) de áreas protegidas, que abrigam, quer se tratem de Bolama-Bijagós ou de vários parques naturais no continente, sítios extremamente favoráveis para o desenvolvimento do ecoturismo, do turismo balneário, da pesca desportiva ou do turismo cultural (IBAP, 2015).

Portanto, sobre o setor de turismo<sup>3</sup> deste país, o que se sabe é que os seus segmentos turísticos não estão devidamente estruturados, se apresenta de forma gritante, fazendo com que a promoção do setor turístico a nível internacional não ocorra.

E para alavancar o turismo de Bijagós, é necessário e urgente a elaboração de um programa público integrado voltado para o desenvolvimento das infraestruturas no arquipélago dos bijagós, além de reformas e fortalecimento institucional do sector, bem como gestão de sítios turísticos no continente. Ressaltando que turismo e a pesca desportiva são maior empreendimento local.

---

<sup>3</sup> Para OMT (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO), o turismo é definido como aquele que atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro.

Segundo Vaz, declara numa entrevista<sup>4</sup> sobre o projeto que o ministério do turismo apresenta para um turismo sustentável na Guiné-Bissau, “vamos fazer um turismo sustentável em que o turismo não vai agredir o ambiente e não vai agredir o natural. Vamos preservar aquilo que nós temos e que as pessoas procuram neste mundo (Guiné-Bissau). Nós vamos fazer de uma forma sustentável, porque temos perto algumas reservas, portanto, algumas zonas protegidas em que temos algumas espécies que nós temos que proteger”. Nesta mesma linha de raciocínio, Luz (2013, p.26), afirma que “o turismo sustentável deve respeitar e preservar o ambiente natural, mantendo as características do ecossistema”.

O Estado da Guiné-Bissau precisa de políticas de turismo sustentável que possam viabilizar seu crescimento econômico, se percebendo que há uma falta de atenção especial em uma organização por parte do governo e administração local. Em suma, quanto ao desenvolvimento das atividades voltadas a proteção dos recursos naturais e turismo de Bijagós, o governo deve criar parcerias com setor privado, buscar investimento e créditos para que o volume do movimento turístico possa libertar as comunidades locais dos bijagós de permanecerem refém das indústrias de lazer. Em seguida discutimos a gestão dos recursos naturais, e finalmente, analisamos o discurso governamental sobre o turismo.

## **GESTÃO E PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO NO ARQUIPÉLAGO DOS BIJAGÓS\BOLAMA**

O caminho para o crescimento/desenvolvimento económico é claro e passa por escolhas políticas que intensifiquem o papel das instituições para que permitam o aumento da liberdade económica e pessoal; a proteção dos direitos de propriedade; a eliminação das barreiras à mudança económica; e a promoção de incentivos à inovação evitando as atividades destrutivas e protecionistas (MARTINS; MORAIS, 2016).

Para Nogueira (1987), cabe ao Estado garantir, proteger e estimular os valores e as atividades turísticas. Segundo Nogueira (1987), a ação do Estado na ordenação do território, controle da qualidade e fomento é instrumento necessário ao desenvolvimento da atividade empresarial turística. Para Bitencourt (2012), ao desenvolver a atividade turística, o governo cria um ambiente agradável para o turista e melhora a qualidade de vida de toda a sua população.

---

<sup>4</sup> Nô Bai Guiné-Bissau – Ministério do Turismo Guiné-Bissau. Segredos da Fauna e da Flora. Movimentos culturais no coração dos Bijagós (2017). Link: <https://www.youtube.com/watch?v=ZKBL-gMeLc8>.

O papel do gestor público do turismo no sistema turístico é o de ser o grande fomentador do desenvolvimento turístico, articulando com os atores do setor privado, a comunidade e as demais esferas públicas envolvidas (BITENCOURT, 2012).

Para Nogueira (1987), havendo respeito à identidade sociocultural e ao meio ambiente do núcleo receptor, a execução do plano levará invariavelmente aos esperados benefícios econômicos. O desenvolvimento do turismo necessita de vultosos investimentos em infraestrutura e equipamentos, e por isso não pode prescindir do financiamento estatal.

A preservação dos recursos naturais é fundamental para assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento no arquipélago. Embora a abundância de recursos haliêuticos e o incentivo à prática da pesca sejam notáveis, a principal atividade econômica das comunidades insulares é a agricultura, com ênfase no cultivo do arroz e em culturas secundárias como o feijão e o amendoim.

Nos interessa abordar as práticas ambientalistas desde as experiências bem-sucedidas no próprio continente africano, como foi o caso do Movimento Cinturão Verde de Wangari Mathaai, que abordou a reflorestação como parte da luta contra o neocolonialismo.

No arquipélago, todo aquele que é autorizado a explorar uma floresta de palmeiras, goza temporariamente de exclusividade para praticar esta atividade. É importante que nos aspectos cerimoniais entre os Bijagós, desempenham uma influência determinante na ocupação do espaço e exploração de recursos, traduzindo-se, sobretudo, pela existência de locais sagrados, com diversas restrições de utilização (temporais ou permanentes) e com sanções no caso de transgressão (Anildo, 2000, p. 143). A causa da diminuição de peixes no arquipélago dos Bijagós tem a ver com prática de pesca ilegal e de exploração de recursos naturais no arquipélago de forma descontrolada. Assim como o conceito de turismo, as políticas de turismo estão interligadas a diversos segmentos que, quando conectados, permitem uma abordagem sustentável do turismo.

**Figura.** Arquipélago dos Bijagós



**Fonte:** Google imagem<sup>5</sup>

A má gestão do turismo do arquipélago de Bijagós fez com que nenhuma das estratégias adotadas fossem aplicadas. Onde as intervenções vistas que deveriam ser removidas ou melhoradas como renovação de infraestruturas, reforço das capacidades institucionais, atração de investimentos e acesso aos financiamentos, entre outras, nada se foi feito quanto essas ações principais. Dando uma estagnada nos investimentos e favorecendo um desenvolvimento errático do turismo no Arquipélago. Segundo English et al, (2009, p. 71):

A gestão do turismo está sob a responsabilidade da Secretaria de Estado do Turismo, que depende do ministério do Comércio, da Indústria, do Turismo e do Artesanato. Para além de uma “lista de ações principais”, relativamente genérica, a Secretaria não dispõe de “plano” nem de “estratégia” oficial de desenvolvimento do turismo à escala dos Bijagós nem, aliás, de outra qualquer região à escala nacional. Uma estratégia global de desenvolvimento do turismo na Guiné-Bissau foi, todavia, adotada em 2000, identificando uma série de intervenções que visavam remover os obstáculos ao desenvolvimento do setor: acessos aos lugares de interesse turístico, renovação de infraestruturas, reforço das capacidades institucionais, atração de investimentos e acesso aos financiamentos – mas nenhuma delas foi aplicada.

Gerir o setor turístico no Arquipélago de Bijagós é, contudo, integrar o progresso de a preservação dos recursos naturais e econômico, a partir de uma visão estratégica que possa favorecer e realizar uma transformação desde os recursos institucionais a vontade política de pôr em prática a elaboração e adoção dessa visão estratégica.

Sobre essa transformação e evolução de atividades desenvolvidas pelo setor turístico, Silva (2009, p. 08) relata que:

<sup>5</sup> Arquipélago dos Bijagós. Link: [https://www.google.com/search?q=arquipelago+dos+bijagos&sca\\_esv=fd83c4a36cb7ae3c&rlz](https://www.google.com/search?q=arquipelago+dos+bijagos&sca_esv=fd83c4a36cb7ae3c&rlz).

Apenas a comunidade pode definir e realizar sua própria transformação e sujeito do seu processo de desenvolvimento. Esta mudança leva um tempo, que é diferente do tempo dos programas e das instituições, e este tempo não pode ser apressado incertamente, sob a pena de matar aquilo que quer produzir.

A mobilização de toda comunidade é de extrema importância para que os diversos setores possam chegar a novas soluções para os problemas sociais e econômicos, desde que os setores de investimentos produtivos possam envolver os empreendimentos, de forma que o desenvolvimento das estratégias abordadas possa ser difundido como um processo participativo equitativo e sustentável.

A implementação de políticas públicas abrange múltiplos aspectos que precisam ser devidamente considerados. Bittar (2005) destaca a importância de reconhecer que a administração pública visa atender aos interesses e necessidades da sociedade, sendo composta por leis, decretos, portarias, órgãos burocráticos, impostos, taxas, e estruturas institucionais públicas.

Segundo Hall (2004), para que haja o desenvolvimento satisfatório das políticas públicas de turismo é preciso avaliar e monitorar as ações no setor turismo. A avaliação e monitoramento são fundamentais na medida em que: Avaliam grau de necessidade políticas intervenções do governo; possibilitam teste de hipótese referente ao funcionamento do processo; a natureza dos resultados e a eficiência dos programas; especificam sobre resultados e impactos da política; medem a eficiência e relação custo-benefício das políticas e planos de turismo em termos de recursos financeiros, humanos e de capital.

O Estado tem a responsabilidade de providenciar a infraestrutura urbana básica e os acessos necessários, enquanto o setor privado deve se encarregar da oferta de serviços e da disponibilização de equipamentos turísticos. De acordo com Vieira (2011), a política pública de turismo deve englobar aspectos culturais, ambientais e sociais, sendo compreendida em sua totalidade complexa e integradora de todos os seus componentes.

De acordo com Fazito et al (2017), para contribuir para o desenvolvimento humano, o turismo precisa de um tratamento mais profundo, deve ser explorado a partir de sua vivência de tempo livre, de ócio, mas não apenas disso; de uma vivência lúdica e privilegiada do tempo livre, capaz de promover autoconhecimento, capacidade crítica e emancipação. Para o contexto dos Bijagós, é importante destacar que essa percepção de capacidade crítica, corresponde não somente a aquele que investe, mas aquele que desfruta em seus aspectos mais amplos que poderiam envolver a própria economia e contribuições em outros setores da região. No

entanto, se tratando de um turismo predatório, as comunidades estão longe de se apropriar de suas vantagens.

Conforme Bitencourt (2012), quando se fala de gestão do turismo, passa-se a um ambiente complexo, na medida em que a oferta turística é formada pelos atrativos (locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los), os prestadores de serviços turísticos como hotéis, restaurantes, parques, agências de turismo (que são entes privados) e a comunidade, que possui um papel importantíssimo neste sistema. Sendo assim, faz-se necessário criar uma harmonia entre todos os atores para que se possa gerir o turismo e preservar bem o meio ambiente.

### **Turismo e publicidade em Guiné Bissau**

O turismo e a sustentabilidade das atividades empresariais realizadas em Bolama Bijagós, suas contradições e incompatibilidades com o discurso do governo guineense, expressado através de declarações públicas do Ministro do Turismo deste país. As análises de estas contradições têm por objetivo contribuir como ponto de partida para uma proposta de ecoturismo que contemple o meio ambiente, a cultura local e o modo de vida da comunidade desta região, a fim de superar o turismo predatório que vem sendo desenvolvido no arquipélago.

Entre os resultados podemos sinalizar que as práticas atuais em Bijagó podem ser caracterizadas como turismo predatório, nas quais traz uma padronização de todas as atividades ligadas às práticas turísticas visando a máxima exploração lucrativa. Ele se utiliza do termo ecoturismo para vender pacotes que exploram a natureza como atrativo, isto é, como produto turístico, mascarando os efeitos nocivos provocados na região. Assim os conceitos de sustentabilidade e ecoturismo não só não são aplicados, se não que são utilizados nos discursos públicos de autoridades de governo e empresas turísticas como parte do marketing, promovendo atividades que são altamente nocivas ao meio ambiente e que também prejudicam as comunidades locais no acesso aos recursos naturais, ao território e a paisagem.

Nesta seção escolhi a peça publicitária “um destino surpreendente”, colocada no ar em, [22:23, 10/10/2017] como parte da propaganda do governo de Guiné-Bissau para atrair investimentos estrangeiros. O audiovisual se encontra na página do youtube do Ministério de turismo da Guiné-Bissau, com o nome “No Bai Guiné-Bissau”. O vídeo foi feito por Alexandra Bapti, imagens surpreendentes da Guiné Bissau. Segredos da Fauna e da Flora. Um trabalho da Stand Up Media, que deslocou uma equipa à Guiné para realizar este trabalho.

O vídeo tem mais de 11.140 visualizações, e mais de 15 comentários. Sua duração é de 7 minutos e 6 segundos, onde podemos ver o ministro do turismo Fernando Vaz, discursando

sobre a importância do turismo na economia de Guiné Bissau. Análise do audiovisual promovido pelo governo de Guiné-Bissau que versam sobre o turismo sustentável. Os discursos midiáticos são o objeto de análise deste vídeo, o qual foi montado em blocos para demarcar os contrastes e possibilitam detectar o tipo de turismo efetivado na região estudada.

No primeiro bloco, são apresentadas as atividades que constituem a cultura Bijagós e sua relação com a natureza. Uma relação que concebe a natureza como algo sagrado a ser preservado e respeitado segundo as tradições transmitidas pelos mais velhos aos jovens através da oralidade. O uso da costa e das matas trazem uma dimensão integrada ao modo de vida, aos saberes dos cidadãos locais. É possível perceber que esta relação envolve sustento e equilíbrio, aproximando-se da noção de sustentabilidade defendida pelo turismo, uma vez que consiste em atividades sem caráter especulativo nem depredador. Esta cultura e tradição são transformadas pela mídia em um produto turístico passível de ser anunciado como atrativo. Embora a cultura constitua as características de um grupo, povo, devemos avaliar as formas de legitimação dentro de seus territórios. Para além de transformá-las em produto que pode ser exportado e vendido, estão passíveis de deslocação do real sentido para a comunidade, ainda que ela não seja estática.

Para Seide (2023), a cultura apresenta um paradoxo importante para a compreensão da história nas diversas sociedades, sendo “necessária de certa maneira, para pensar a unidade da humanidade na diversidade além dos termos biológicos” (Dias, 2021, p.37). A cultura é um conceito amplo que representa o conjunto de tradições, crenças e costumes de determinado grupo social. Dessa forma, afirmo que a maneira como as manifestações culturais são tratadas por esses investimentos, esvaziam a sua real importância cultural e podem gerar exploração. Ao mesmo tempo, são apresentadas como genuínas, “vendendo” a ilusão de ter oferecido um verdadeiro encontro com o Outro.

O segundo bloco é composto pelos discursos oficiais publicitários que ilustram o tratamento exótico dado à região, sinalizando o leque de produtos tornados atrativos turísticos em atendimento às demandas estrangeiras. A ideia de paraíso como terra inexplorada, virgem, sem poluição, silenciosa, ilustrada por uma flora e fauna exuberantes que se soma à diversidade cultural é fomentada como motivos para vinda dos exploradores estrangeiros. Estes produtos são reforçados pelo discurso do Ministro Turismo como “marca Guiné-Bissau” que defende o turismo sustentável por não agredir o ambiente e a natureza, como argumento para incentivar os procedimentos internacionais com entradas das divisas para o país.

Nós vamos oferecer um produto próprio, e, qualidade, um turismo com a marca Guiné-Bissau. Que defende vão fazer um turismo sustentável por não agredir o meio ambiente, não agredir o ambiente natural, vamos preservar aquilo que nós temos e que algumas pessoas procuram nestes momentos, se

nas algumas partes do continente vamos massificar mais portanto as nossas atividades turísticas (EX MINISTRO FERNANDO VAZ, 2017).

Nessa perspectiva, Santos (2001), reflete sobre como a identidade é constituída a partir do território e a população extrapolando as experiências de caráter econômico. O sentimento de pertencer a um território é à base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais de vida, ou seja, é uma ampliação da vida social.

Entretanto, a horizontalidade apontada por Santos, constata a continuidade entre e o espaço banal, espaço de todos: empresas, instituições, pessoas, em oposição ao espaço econômico. Sendo assim, a horizontalidade é um espaço de solidariedade orgânica que, nesses territórios banalizados poderão trazer respostas, mas também indagações, podendo surgir uma série de análises do dito processo “globalitário”, apontado pelo autor.

Por meio das fragmentações e particularizações na cultura e no território, se estabelece uma desestruturação na dinâmica social destas comunidades. Entretanto, a sustentabilidade apontada pelo ex ministro, não consegue dar conta da relação cotidiana de Bolama em particular, uma vez que, práticas globais não se adaptam ao que é local pela gama de diversidade que comporta os povos, mesmo que ele afirme:

Vamos fazer também uma forma sustentável, porque temos perto algumas reservas, portanto, algumas zonas protegidas e em que temos algumas espécies que nós temos que proteger. A docilidade e a humildade da população são apontadas pelo ministro como temos uma panóplia enormes e culturas e das civilizações completamente diferente, temos diferentes povos (etnias) mangindas, as fulas, os papeis, as Balantas ... que veem de ramos sociológicos africanos completamente diferenciado não implicam em guerras e insegurança, o que dá uma diversidade enorme em termos culturais (EX MINISTRO FERNANDO VAZ, 2017).

Dessa forma, Krenak (2020) aponta três aspectos voltados ao domínio colonial e de como as percepções na relação com a terra foram pensadas. Para Krenak, a noção de que os europeus poderiam colonizar o resto do mundo baseava-se na premissa de que existia uma civilização humana claramente definida que precisava de encontrar e trazer a civilização para aqueles considerados por eles mesmos como não civilizados. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe uma forma de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história (KRENAK, 2020, p.8).

Posto isso, a vida deveria ser vista como sendo mais importante que os interesses humanos porque existe uma grande diferença entre os dois. A vida como um direito universal ou a vida como um prazer? Nesta discussão, Krenak (2020) argumenta que a vida não é um jogo. Negociação ou satisfação excessiva de desejos particulares. Não se pode negar a

diversidade e muito menos a subjetividade da vida. Os lugares onde são banhados por violência de grandes corporações, e onde reside um povo considerado sem voz. Essas populações não são entendidas como vida humana: quando se fala da vida humana, devemos ter em mente que, não se trata de toda a vida humana.

O argumento contém uma hierarquia nítida do que grupos são considerados como sub-humanos. Tanto Krenak (2020) quanto Maria da Luz Fonseca (2023), trazem à reflexão de qual seria o valor da natureza e, qual o impacto de pensar a natureza segundo esse valor. Afirmando que é preciso compreender que a questão da natureza exige um investimento reflexivo, fazendo uma crítica ao “mito” da sustentabilidade, pois é irracional o processo de exploração da natureza para manter os padrões de consumo.

A docilidade e a humildade da população que foi apontado pelo Ministro do Turismo com vista a minimizar os preconceitos acerca da diversidade étnica cujas diferenças não implicam em guerras e insegurança. Para tanto, trata-se de um povo acolhedor e pacato. Igualmente, os discursos equivalem a humildade à serventia e submissão, sinalizando as vantagens de exploração desta mão-de-obra.

A proximidade geográfica da Europa é apontada pelo ministro como vantagens, enfatizando que a atividade visa o europeu, o estrangeiro. Neste ponto, começaram a aparecer as contradições do turismo exploratório que faz da natureza e da população produtos e mercadorias consumidos pelos estrangeiros numa perspectiva desenvolvimentista, distorcendo a noção de sustentabilidade. Embora o ministro afirme que a proposta governamental pretende preservar a natureza, revela a intenção de “massificar” a costa que faz fronteira com as reservas ecológicas.

Segundo ex-ministro do turismo, Fernando Vaz, salienta numa entrevista<sup>6</sup> que:

Não temos poluição em nossas ilhas, não temos poluição em nossas praias porque são poucas frequentadas, são naturais, são virgens e a questão de alimentação é quase biológica em si, em quase todo o país, o que nos defende de muitas doenças não dependemos dos muitos químicos. Temos desde música mandinga, música moderna guineense, o nosso N'gumbé, enfim temos vários estilos de músicas que hoje são apreciados pelo mundo fora. Chegamos à altura de mudança de estratégia, isso o turismo, aparece como um dos setores fundamentais para o desenvolvimento econômico da Guiné-Bissau.

No final do seu discurso, ele defendeu um turismo para o desenvolvimento econômico que contraria a noção de sustentabilidade defendida no início da fala.

---

<sup>6</sup>Nô Bai Guiné-Bissau – Ministério do Turismo Guiné-Bissau. Segredos da Fauna e da Flora. Movimentos culturais no coração dos Bijagós (2017). Link: <https://www.youtube.com/watch?v=ZKBL-gMeLc8>.

A peça publicitária define turismo como o ato de “sentir, ficar, admirar, fotografar” e voltar, isto é, incita a consumir os produtos selecionados e apresentados segundo gosto e interesse do consumidor europeu.

Um turismo que transforma a diversidade natural e cultural em pacotes, que seleciona pontos turísticos e hotéis como lugares reservados e protegidos para visitação. Assim, desorganizam esses espaç os e geram sentimentos egoístas, baseados na verticalidade, não mais na horizontalidade. Exemplos dessa relação egoísta que norteia a globalização, podem estar relacionada com as experiências extrativistas do ocidente que assolam o continente africano. A própria relação com a cultura, a língua, os hábitos e os costumes, perpassam as ameaç as da globalização, conduzindo para o que Chimamanda Ngozi (2014) chama de “Perigo de uma história única”

No caso dos arquipélagos de Bijagós, o turismo que é praticado ali é voltado ao consumidor europeu, na peç a publicitária podemos assistir o corpo branco banhando nas praias dos bijagós, a mercantilização da natureza e a classificação do guineense como serviç al. Para tanto, esse tipo de desenvolvimento turístico garante o acesso e circulação de europeus através da venda de pacotes turísticos, a ocupação hoteleira priva a população local do usufruto da paisagem e dos recursos do arquipélago, e, entretanto, promove atividades predatórias, como a pesca esportiva.

Dessa forma, Santos afirma que as condições materiais acabam por se impor sobre o resto da vida social, numa situação na qual o valor de cada pedaço de chão l he   atribuído pelo seu uso, sendo o território usado pela sociedade local, por meio de uma existência que é determinada entre o homem e o meio. Nos bijagós não se constata o contrário, caso deste tipo são presente, de modo que é uma zona que carece de muitos serviç os estando em zona isolada, os cidadãos daquela localidades passam por muitas necessidades como por exemplo falta de transportes, acesso à energia e água potável, falta de hospitais e escolas, muitas vezes os operadores turísticos na região acabam apoiando as populações locais em construções de algumas escolas e alguns serviç os que a população necessita em detrimento dos seus devidos interesses e proveitos, entendendo que vivemos num mundo em que, a medida em que o tempo passa estamos perdendo a humanidade em troca dos nossos interesses pessoais e o poderio financeiro acaba sendo fator que vai influenciar muito nas relações sociais e culturais.

Da mesma forma, a prática desportiva da pesca, apresentada no audiovisual como lazer   um prazer destinado aos estrangeiros apresenta um traço predatório, uma vez que os peixes não se destinam ao sustento, nem são devolvidos ao mar. O  nico contato do visitante com a comunidade ocorre através dos serviç os prestados nos hotéis e nos espetáculos culturais em

forma de dança exibidos na área de lazer dos hotéis. Tratam-se de manifestações culturais descontextualizadas e “higienizadas”, que ganham autenticidade e dimensão de festa para apresentação e “integração” com os hóspedes.

A peça publicitária, embora utilize o termo turismo sustentável, defende um desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável é diferente do turismo sustentável. O primeiro possui lógica economicista, exploratória, lucrativa e predatória. O segundo traz uma proposta de equilíbrio da atividade turística, da preservação ambiental e da integração da comunidade, a qual participa e se beneficia desta proposta.

O desenvolvimento sustentável a partir da problematização da produção e do consumo do espaço e da natureza em escala exploratória, industrial e econômica. O desenvolvimento autossustentado tende a fomentar o consumo dos ambientes considerados exóticos e inexplorados, ao transformá-los “comercializáveis, nos padrões de conforto e qualidade de vida do mundo moderno, retirando, portanto, em curto espaço de tempo o caráter exótico desses lugares” (RODRIGUES, 2000, p.174).

No caso dos arquipélagos dos Bijagós, percebemos que os investidores da área de turismo conseguem através da fluidez do capital, da aliança com os governos locais que são facilitadores e de próprio poder econômico, provocar uma reorganização vertical na qual as melhores áreas em termos de infraestrutura e paisagem são apropriadas com fins comerciais.

Assim, a consciência da diferença pode conduzir simplesmente à defesa individualista do próprio interesse, sem alcançar a defesa de um sistema alternativo de ideias e de vida (Santos, 2001, p.116), que não supervalorize as relações econômicas que implode as relações rurais, por exemplo. A própria perspectiva *Ubuntu*<sup>7</sup> pode ser entendida como um caminho alternativo na interação e modificação do sistema.

Assim, para Santos, é importante “viver a própria existência como algo de unitário e verdadeiro, mas também como um paradoxo: obedecer para subsistir e resistir para poder pensar o futuro. Então a existência é produtora de sua própria pedagogia” (Santos, 2001, p.116).

---

<sup>7</sup> Expressão africana de origem sul africana do povo zulu que significa união, coletividade do grupo, Eu sou porque nós somos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guiné-Bissau contém um grande potencial turístico tendo em conta a sua paisagem natural e a sua diversidade cultural (EMBALO et al 2020). Ainda, podemos compreender que, algumas zonas se sobressaem na paisagem natural como é o caso do arquipélago dos Bijagós. Contudo, “nas últimas décadas, o turismo tem vindo a expandir e a diversificar, tornando-se num dos maiores sectores económicos do mundo e de mais rápido crescimento” (Dias, 2021, p. 15).

Os impactos associados ao turismo não surgem como eventos isolados ou resultantes de causas específicas, como a instalação de um equipamento turístico ou a oferta de um serviço isolado.

O impacto económico, social e ambiental do turismo no arquipélago dos Bijagós é bem crítico em termos da sua gestão. Em termos económicos, a promoção do turismo no Arquipélago dos Bijagós revela-se, atualmente, pouco rentável tanto para as comunidades locais quanto para o nível nacional. Os benefícios monetários e materiais gerados pelo turismo tendem a beneficiar uma minoria e não compensam o enfraquecimento de dois pilares essenciais para o desenvolvimento endógeno: a coesão social e a soberania territorial. Estes pilares são cruciais para garantir a segurança alimentar local.

Do ponto de vista social, um dos problemas mais agudos gerados pelo turismo nos Bijagós é a apropriação de terrenos para investimentos turísticos. Isso tem gerado considerável inquietação nas comunidades locais. Muitos dos terrenos almejados estão situados em ilhas desabitadas ou nas praias das ilhas habitadas, áreas que têm importância significativa para os Bijagós. Esses espaços não apenas servem a funções produtivas, como o cultivo itinerante de arroz e a circulação do gado, mas também desempenham um papel sagrado nas cerimônias que estruturam a vida comunitária.

A mercantilização das terras associada ao turismo intensifica a competição por terrenos produtivos, o que pode levar a conflitos prolongados e prejudicar a coesão social. No que tange ao aspecto ambiental, a atual prática do turismo nos Bijagós não está alinhada com as cinco dimensões da sustentabilidade, conforme as diretrizes da Reserva da Biosfera estabelecidas pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN).

Considera-se pertinente este estudo sobre análise da sustentabilidade de exploração dos recursos naturais nos Arquipélago dos Bijagós, dada a sua localização estratégica na geografia atlântica e a sua vulnerabilidade às influências externas que afetam o seu equilíbrio secular.

A utilização para fins turísticos no arquipélago de Bolama dos Bijagós, deu-se com maior intensidade pela procura das praias, tanto pelas visitas periódicas, como para instalação das segundas residências impulsionando dessa forma desde pequenos comércios até grandes empreendimentos como resorts, as pousadas, restaurantes, bares, barracas.

O governo da Guiné-Bissau deve implementar políticas que não apenas promovam o ecoturismo, mas também assegurem que os benefícios sejam distribuídos equitativamente entre as comunidades locais. Isso inclui garantir que as políticas de turismo considerem as necessidades econômicas, sociais e ambientais da região, promovendo um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. O conceito de sustentabilidade vai além da preservação ambiental, abrangendo também a manutenção de um sistema social e econômico que possa se sustentar ao longo do tempo.

A pesquisa deve considerar as dimensões econômicas, sociais e ambientais, e ajustar suas estratégias para minimizar impactos adversos e maximizar benefícios. O papel das políticas públicas é central para a gestão eficaz do ecoturismo e a promoção do desenvolvimento sustentável. O governo da Guiné-Bissau deve adotar políticas que não apenas incentivem o turismo, mas também integrem mecanismos para garantir que os recursos naturais sejam protegidos e que as comunidades locais sejam beneficiadas de maneira justa. A formulação e a implementação de políticas eficazes são essenciais para assegurar que o turismo contribua para o bem-estar econômico e social da região, sem comprometer sua integridade ambiental. A presença de diversas ONGs, tanto locais quanto internacionais, desempenha um papel crucial na implementação de estratégias para a conservação dos recursos naturais e na promoção de práticas sustentáveis.

A análise aprofundada da região de Bolama Bijagós, na Guiné-Bissau, revela uma complexa interconexão entre turismo, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Este estudo não apenas destaca o potencial turístico significativo da região, mas também ressalta a necessidade de uma abordagem integrada e cuidadosamente planejada para o gerenciamento e proteção dos recursos naturais e a promoção do ecoturismo. No entanto, essa exploração deve ser manejada com cautela para evitar a degradação ambiental e garantir que os benefícios do turismo sejam sustentáveis a longo prazo.

Em conclusão, a Região de Bolama Bijagós possui um grande potencial significativo para o ecoturismo, que pode ser explorado de maneira sustentável com a implementação de políticas públicas adequadas e a colaboração contínua entre governos, ONGs e comunidades locais. A gestão integrada dos recursos naturais e a promoção de práticas sustentáveis são essenciais para garantir que o turismo contribua para o desenvolvimento econômico da região, sem

comprometer a integridade ambiental e o bem-estar das populações locais. A continuidade do monitoramento e da análise dos impactos do turismo é crucial para ajustar as estratégias e garantir que os objetivos de desenvolvimento sustentável sejam alcançados.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. (2015). *Sejamos todos feministas*. Tradução. Christina Baum. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/7771/material/LRO%20Sejamos-Todos-Feministas.pdf>. Acesso em: 04 de jul. 2024.
- ANILDO, Cruz Graciano. Direito do Ambiente e Teoria da Normaçoão na Guiné- Bissau: De uma Teoria do Direito do Ambiente Guineense ao seu contributo para a Teoria e Prática da Normaçoão na Guiné-Bissau. In: CYNES, M.; AMADOR, T. (Ed.). *Direito do ambiente e redação normativa: teoria e prática nos Países Lusófonos*. Bona: IUCN, 2000. p. 123-147.
- BENI, Mario Carlos. *Análises estrutural do turismo*. 4ª edição rev. São Paulo: SENAC, 2001.
- BENZINHO, Joana, ROSA, Marta. *Guia Turístico: à Descoberta da Guiné-Bissau*. Gráfica Ediliber, Coimbra, 2015.
- BITENCOURT, Daniela. *O Turismo como gerador de desenvolvimento*. CNM. Brasília, Disponível em: <https://revistaperiferias.org/materia/tiniguena-esta-terra-e-nossa/#:~:text=A%20Tiniguena%2C%20C3%A9%20uma%20organiza%C3%A7%C3%A3o,do%20futuro%20da%20Guin%C3%A9%20Bissau>. Acesso em: 15 de novembro de 2024.
- CARVALHO, A. L.; MAURÍCIO, A. **ONG. Alfabeto do desenvolvimento: Conceitos, histórias, imagens**, 2012.
- CORREIA, Ebenézer Patrão. *Análise da sustentabilidade de exploração de recursos naturais nos arquipélagos dos Bijagós Guiné-Bissau*. 2016 Unilab.
- ENGLISH et al. (2009), *Estudo do Diagnóstico de Integração do Comércio para o Melhoramento do Quadro Integrado Assistência Técnica para Assuntos do Comércio Internacional*, estudo realizado sob a égide do Quadro Integrado pedido pelo Governo da Guiné-Bissau.
- FAZITO, Mozart; RODRIGUES, Bárbara; NASCIMENTO, Elimar; PENA, Luiz Carlos Spiller. *OPapel do Turismo no Desenvolvimento Humano*. Belém, Pará, Brasil. 2017.
- FONSECA, ML.C. **Um Passado no Encontro com o Passado e o Futuro: A Comunidade da Sundy e o Desenvolvimento Sustentável na Ilha do Príncipe**. 2023. 152 Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Humanidades, POSIH, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção-CE, 2023. Disponível em: <http://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/3936>
- IBAP et al. (2015), *Plano de gestão da zona costeira das Ilhas Urok (Formosa, Nago e Chediã), Bissau*, novembro 2015.
- IUCN - Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, *Diretrizes para Categorias de Gestão de Áreas Protegidas: Diretrizes para Categorias de Gestão de Áreas Protegidas*, IUCN – Centro Mundial de Monitoramento da Conservação, Gland, 2010.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*, 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- LUZ, Nélida do Rosário da. *O contributo do turismo para o desenvolvimento sustentável na ilha da Boavista*. Lisboa, 2013.

MARTINS, Catarina A. & MORAIS, Antónia M. **O contributo do turismo para o desenvolvimento das regiões**. Gaia Scientia. Edição Especial Europa, 2016.

MONTEIRO, Artemisa Odila. Guiné Portuguesa Versus Guiné-Bissau: A Luta da Libertação Nacional E O Projeto De Construção Do Estado Guineense. Número temático: 226. Literatura, cultura e memória negra. A Cor das Letras — UEFS, n. 12, 2011.

N'BUNDE, Temoteo Saba. As políticas externas brasileira e chinesa para a Guiné-Bissau em abordagem comparada (1974-2014). Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

NOGUEIRA, Mário G. **O papel do turismo no desenvolvimento econômico e social do Brasil**. RAP, 1987. OMT. Agenda para planificadores locais: turismo sostenible y gestión municipal. Madrid: OMT, 1999. (Edición para América Latina y el Caribe). PEREIRA, Luiz Carlos Bresser.

Organização Mundial de Turismo: Guia de desenvolvimento do turismo sustentável

Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre 2003.

Progresso e Crescimento Econômico. Lua Nova, São Paulo, 93: 33-60, 2014. POLET, François; BARROS, Miguel & RAMOS. Dinâmicas da expansão do turismo no arquipélago dos Bijagós Guiné-Bissau. Tradução de Paula Serra Conceção 2011.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Desenvolvimento Sustentável e Atividade Turística**. In SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa T.; LUCHIARI, Maria Tereza D.P. (orgs). **Olhares contemporâneos sobre o Turismo**. Campinas: Papirus, 2000, p.171-188.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal: Cap IV: **o território do dinheiro e da fragmentação**. 6. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal: Cap IV: O território do dinheiro e da fragmentação. 6. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2001.

SEIDE, U. V : **violência e gênero**: um estudo voltado à região de Bafatá sobre a violência física e psicológica contra a mulher (2018-2022). Repositório Unilab. 2023. No prelo.

SILVA C. Seguimento da tartaruga de Ridley no Parque Nacional de Orango (relatório nº 3). IBAP, Bissau, 2009.

UNESCO – Centro do Património Mundial, Reserva da Biosfera do Arquipélago dos Bijagós, in <http://whc.unesco.org/en/tentativelists/5081/> - Consultado em 20 de julho de

VERA REBOLLO, J.F.; IVARS BAIDAL, J.A. **Sistema de indicadores aplicado a la planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible**. In: Experiências públicas y privadas en el desarrollo de un modelo de turismo sostenible. Oviedo: Fundación Universidad de Oviedo, 2003a. p.105-129.